

**CONSCIÊNCIA DA EXCLUSÃO:
LIDERANÇAS SINDICAIS E A QUESTÃO DA C&T EM PERNAMBUCO**

Mauro Guilherme Pinheiro KOURY¹

RESUMO: Este trabalho objetiva o registro das diferenças afirmadas na ação relacional a um projeto ou rede de projetos dominantes no interior da prática sindical. Busca-se responder a uma interrogação: como as lideranças sindicais no estado de Pernambuco, no início do século XXI, encaram a questão C&T. Foram entrevistados entre 2000 e 2003, dirigentes e ex-dirigentes sindicais de vinte e três categorias de trabalhadores. As respostas encontradas no decorrer da pesquisa demonstram uma diversidade de práticas de resistências, de medos, de anseios, de angústias, no processo de ação societário. A prática de dominação e subordinação do trabalho pelo capital, que se quer única, enfrenta diferenças significativas que seu próprio exercício de exclusão parece impor como perspectiva e como vivência às diversas categorias de trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo. Experiências. Diferença. Ciência & Tecnologia. Pernambuco. Brasil.

Este trabalho objetiva o registro das diferenças afirmadas na ação relacional a um projeto ou rede de projetos dominantes no interior da prática sindical. Busca-se responder a uma interrogação: como as lideranças sindicais no estado de Pernambuco, no início do século XXI, enfrentam a questão C&T.

Foram entrevistados entre 2000 e 2003, para um projeto intitulado: *O pensamento das lideranças sindicais pernambucanas sobre trabalhadores e ciência e tecnologia* (KOURY, 2005)², dirigentes e ex-dirigentes sindicais de vinte e três categorias: trabalhadores rurais, bancários, processamento de dados, trabalhadores em produtos químicos, metalúrgicos, têxteis, construção civil, comerciários, urbanitários, trabalhadores em cimento, cal e gesso, trabalhadores nas indústrias da borracha, gráficos, ferroviários, marceneiros, telefônicos, trabalhadores nas indústrias de calçados, trabalhadores nas indústrias de trigo e torrefação, fumageiros, estivadores, trabalhadores nas indústrias farmacêuticas, trabalhadores nas indústrias de açúcar e do álcool, trabalhadores nas indústrias de bebidas e trabalhadores nas indústrias de confecção.

¹ UFPB - Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Ciências Sociais. João Pessoa - PB – Brasil. 58051-900. Doutorando em Sociologia. UFSCar - Universidade Federal de São Carlos – Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - maurokoury@gmail.com

As respostas encontradas no decorrer da pesquisa não parecem obedecer estritamente a uma dualidade simbolicamente pensada nas Ciências Sociais através da sinergia. Pelo contrário, demonstram uma diversidade de práticas de resistências, de medos, de anseios, de angústias, no processo de ação societário. A prática de dominação e subordinação do trabalho pelo capital, que se quer única, enfrenta diferenças significativas que seu próprio exercício de exclusão parece impor como perspectiva e como vivência às diversas categorias de trabalhadores.

Concepções políticas sobre tecnologia e sociedade

De acordo com um entrevistado:

Hoje, temos dois grandes blocos de opinião: o primeiro acredita que a informática vai levar ao controle absoluto, totalitário, onde, na pirâmide estará em posição privilegiada uma casta de técnicos; o segundo, ao inverso, acredita que a tecnologia assumindo e substituindo o trabalho do homem, o libertará para atividades criativas.

Estes dois aspectos levantados no discurso de um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Processamento de Dados do Estado de Pernambuco - SINDPD situa a questão da relação entre tecnologia e sociedade, em um plano político mais geral, onde se embrionam aspectos de projetos societários mais humanos. Estão colocados aspectos teóricos que influenciam e até, na visão do entrevistado, de certa forma, determinam os contornos políticos de projeções da sociedade do amanhã.

Em cada um dos blocos de opinião levantados pelo informante, as concepções políticas da relação sociedade e técnica estão bastante claras: uma de caráter pessimista, a outra, profundamente otimista. As duas, porém, marcadas pelos aspectos binários e, mesmo, pendular, ou isso ou aquilo, determinadores, em última instância, da relação e do constructo societário em si (ROMBALDI, 2007).

Esta análise dos dois blocos de opiniões correntes, acima referenciados, coloca a questão C&T como uma variável independente no processo de construção social em si, ou seja, no que se processa ou no que se deseja. E, como tal, retira dos homens a construção social, colocando seus destinos e suas práticas nas mãos das determinações históricas mais

² Projeto desenvolvido no GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções, sob a coordenação do autor e apoio do CNPq.

gerais. Resta aos homens o esforço pendular, de serem sujeitos sob leis gerais que independem de sua vontade.

A mesma informação, por outro lado, ao colocar em cena os dois blocos de opinião, dimensiona outro elemento para discussão e análise, que interessa particularmente a este trabalho, que é a existência mesma da percepção de pelo menos dois blocos de opinião. O afirmar a existência de mais de um projeto ou corpo de idéias, por mais determinísticos ou duais que possam transparecer, indiretamente transmite a imagem de jogo nas formas de construção societária. Os próprios padrões de reflexão binária sobre a relação entre sociedade e técnica são assim postos em xeque, relativizando-os enquanto conjuntos de significações que se absolutizadas esterilizam o movimento do real como movimento possível de previsão.

Complexifica o campo de análise, deste modo, quando lida, segundo esse novo elemento dimensionado, com concepções sobre idéias ou opiniões arroladas enquanto imaginários *positivos* ou *negativos* informadores, ou mesmo formadores, de relações de força ou de projetos societários. Desclassifica-os, assim, mesmo que de forma não intencional, enquanto direcionais independentes, dependendo-os do espaço político onde os homens se exprimem e se constroem socialmente.

A construção societária torna-se construção humana, de homens em relação. E, neste sentido, é criação. Conceito que se exprime e se explica no seu caráter essencialmente relacional.

Pensar a relação técnica e sociedade deste modo é refletir as questões relacionais dos homens entre si como equacionadoras e possibilitadoras do constructo social-histórico; de suas determinações conjunturais, cultural e politicamente expressas; de suas formações em processo; de seus anseios, medos, prazeres, e de seus significados como homem e como sociedade. É conceituar técnica, não no interior do seu significado mecânico-instrumental contido na relação homem-natureza-homem, como fundamento societário. Mas, sim, é refletir, é significar o conceito de técnica no seu aspecto relacional homem-homem. No jogo que os homens travam entre si, criando e recriando a si mesmos e a sociedade.

São as técnicas sociais contidas no conjunto relacional que orientam um social histórico específico, e que possibilitam os ordenamentos, as primazias, as orientações dos seus intercursos com a natureza, dando contorno a racionalidades que se entrecruzam em movimentos instituintes. Isto é, enquanto jogo de forças sociais e projetos políticos para a sociedade como um todo.

Nos movimentos instituintes se processam e se organizam as relações de força e de dominação. Possibilitam a instituição de um projeto social que sujeita os demais projetos em jogo em dois movimentos: o primeiro, de universalização de uma proposta como linguagem de todos ou do todo social. O que não se faz sem resistência das demais forças em processo de sujeição. O segundo movimento se origina como reação ao primeiro, a ele interligado e interdependente, como resistência ao projeto que se forja como dominante no jogo entre o conjunto de forças sociais em relação, em um momento específico de um social historicamente dado.

A afirmação de uma universalização de uma linguagem de dominação, assim, é produto de um processo relacional que se vai moldando no interior das resistências ao processo de dominação em si. Vai se fazendo universal dominante no processo de subsunção das resistências e submissão de saberes e de sua transferência adaptada ao complexo da própria dominação.

Este aspecto relacional da questão da dominação demonstra que ela mesma se forma no interior do processo de resistências, sendo também interdependente e interligada a esta. O processo de universalidade que funda é produto de uma recriação do embate com as forças de resistência, em um movimento de sujeição permanente das demais linguagens e práticas sociais em oposição, descaracterizando-as enquanto saberes e orientações societárias possíveis. Ao sujeitá-las e se apropriar e reapropriar permanente e constantemente do corpo de saberes submetidos, os molda ao conjunto complexo de dominação em processo de instituição (TOURAINÉ, 1969) desqualificando-as.

A linguagem societária instituída como projeto de dominação se organiza cultural, social e politicamente como linguagem única e, embora esta unicidade seja resistida, tende a se incorporar e se personifica como instâncias individuais, moldando ou tendendo a formar o corpo e a mente dos indivíduos. A universalidade projetada introjeta nos indivíduos e grupos regras, enfim, que induzem caminhos e punem oposições como se fossem desvios de conduta.

Um plano de semelhança é imposto através da ordenação e da coordenação do socialmente instituído e do seu desenvolvimento. Os homens e suas idéias e ideais são avaliados através do aparato de similitude presente no conceito de socialização (VOLVELLE, 1987). As diferenças tendem a ser negadas e reprimidas ao molde universal da linguagem da dominação e, por não serem totalmente suprimidas são objetivadas como linguagem comum,

desclassificadas, consideradas perigosas e sujeitas a uma ação social de ordenação segundo as categorias simbólicas do mando.

O jogo relacional que forma as bases da dominação é escamoteado do vivido pelo universal dominante pelo considerado socialmente útil. A unicidade de códigos institucionais de causalidade e determinação que orientam o agir necessário à dominação é imposta, pelo estilhaçar das diversas falas autônomas no fazer social cotidiano (KOURY, 1995).

A ação de fragmentação das falas autônomas, embora recrie novas atitudes relacionais, o faz sob subordinação da resistência a uma ordem agora universal e pensada como única. Os fragmentos de autonomia, embora vividos e afirmados no ato de sobreviver de cada dia, não são apresentados pela formação dominante como projetos coerentes que possam vir a se impor socialmente como diferença (RAMOS, 2002). A diferença é visualizada, ao contrário, através de uma semelhança nova, embora desvirtuada do padrão original que a produziu.

Considerados pelo grau de proximidade ao projeto universal dominante, os fragmentos da diferença ou da autonomia são submetidos à ordem instituída pela semelhança (FOUCAULT, 1988). Destituídos de um saber e relegados ao uso de um discurso instituído como ordinário, como *sensu comum*, os fragmentos de projetos instituintes visibilizados nos processos de resistência são ao mesmo tempo recusados como desviantes e estigmatizados e recuperados como discurso polar e como reforço da universalidade mesma do discurso no poder (FOUCAULT, 1981).

Pontos de vistas, anseios, afirmações e processos de luta

O conjunto do material coletado mostrou-se bastante rico, principalmente, no aspecto da diversidade de opiniões e sentimentos expostos, o que parece indicar que a abordagem é mais complexa do que a simples constatação ou não de um projeto explícito sobre C&T pelas lideranças sindicais em Pernambuco. Estão em jogo tendências, anseios, pontos de vista, esperanças, afirmações, conquistas e processos de luta no movimento sindical e no imaginário das lideranças entrevistadas. Problematizadas das vivências profissionais e sindicais de cada entrevistado.

O problema C&T não foi sequer tocado de uma forma direta, no processo de discussões dos sindicatos com as suas bases, na ampla maioria das categorias trabalhadas. Até os sindicatos que possuem departamento designado para a questão C&T, como o SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia de Pernambuco, - por exemplo, [...] não

conseguiram espaço até o momento para a abertura sistemática de discussões com a base sobre a questão [...] (dados de entrevista - SINTTEL). A questão salarial ainda é a de maior alcance nas discussões com as bases, bem como a temática das normas de contratação e demissão.

Após 1994, a questão da privatização das estatais e as reformas administrativas e da previdência parece ocupar um lugar de destaque nas discussões entre as bases e sindicatos nas categorias ligadas ao Estado, colocando na defensiva os trabalhadores e os sindicalistas.

É possível, porém, de uma forma indireta, traçar um perfil dos aspectos significativos a serem contidos em uma política sobre C&T. Este perfil foi traçado a partir dos depoimentos dos sindicalistas entrevistados, e os dados existentes nos últimos **Acordos Coletivos de Trabalho** de cada categoria.

Ao procurar esboçar este perfil, o autor tem consciência de uma possível diluição das diferenças nas falas, nos desejos, na ação e na política expressas pelos entrevistados em nome de uma inteligibilidade, ou na busca de traçar um sentido comum para o conjunto das categorias analisadas. O que pode cair, assim, no risco de se tornar em mais um projeto dual, mesmo quando a rede traçada aqui como perfil levante problemas comuns, pensando no fortalecimento das diferenças, como uma forma de ampliação do espaço democrático na sociedade brasileira.

A consciência sobre a exclusão dos sindicatos e dos trabalhadores no processo de formulação de políticas em C&T é clara entre os entrevistados. Possuem a consciência da exclusão nos processos definidores, ao mesmo tempo em que consideram suas participações fundamentais no desenvolvimento de qualquer política, “[...] como representação organizada da sociedade civil e como cidadãos.” (dados de entrevista - FETAPE).

Ao situar o problema da exclusão como ponto central dos discursos, os sindicalistas buscam afirmar o caráter autoritário do processo tecnológico implantado no país e suas diversas reestruturações na história. Realçam temas da quebra de resistência dos trabalhadores e da perda do poder de barganha operária nos caminhos do desenvolvimento tecnológico brasileiro, e apontam para a necessidade de lutas na formulação de gestões de políticas em C&T que priorizem aspectos relacionados com as questões do trabalho, do meio ambiente, das condições de vida da população e dos fins sociais da produção.

São favoráveis a um investimento do Estado em C&T como forma de promoção do desenvolvimento do país, desde que o mesmo se faça sob o controle dos trabalhadores e da

coletividade. O que parece demonstrar a aceitação dos dirigentes sindicais entrevistados da determinação tecnológica como forma de desenvolvimento social, discutindo apenas o seu controle.

Estão certos de que os caminhos democráticos da sociedade brasileira passam por “[...] uma independência em C&T a nível internacional, criando e não apenas copiando ou importando tecnologias.” (Dados de entrevista - Sindicato dos Metalúrgicos). Também enfatizaram esse aspecto: SINTTEL, Ferroviários, Químicos, Bancários). O mesmo devendo acontecer nos níveis regional e local.

Para os entrevistados é necessário um re-decolamento do Nordeste para o desenvolvimento, diminuindo as disparidades regionais e dando oportunidades de vida para a população. Adicionam, assim, que o desenvolvimento é uma questão política e não técnica, embora o avanço tecnológico seja a base de sua concretização.

Para tal, se faz necessário a abertura de canais de informação, discussão e participação dos trabalhadores organizados e da sociedade nos projetos de planejamento, que lhes digam respeito enquanto trabalhadores e cidadãos.

Acreditam que a orientação de uma política em C&T deve ter como prioridade os fins sociais da produção, eliminando a miséria e ampliando os horizontes de informação e capacitação da população e dos trabalhadores. São a favor de que o aumento da produtividade e do lucro deve ser compartilhado com o conjunto da população, e que o deslocamento ou exclusão da força de trabalho, resultante de novas tecnologias e materiais, devem ser enfrentados por uma política de pleno emprego.

A redução da jornada de trabalho e do tempo dedicado ao trabalho são condições *sine qua non* para o desenvolvimento desta política, adiando o ingresso precoce da força de trabalho no mercado, ao lado da possibilidade de uma aposentadoria digna.

A ampliação dos canais de participação dos trabalhadores e da coletividade nos processos de decisão no interior das empresas e nos planos governamentais é a base fundamental, para todos os entrevistados, à consecução desta meta. O que abriria, enfim, as possibilidades de controle e disciplinamento das políticas e planejamentos sociais e produtivos, pelos segmentos sociais integrantes do constructo societário brasileiro.

Parecem ser estes os elementos considerados básicos pelos sindicalistas pernambucanos entrevistados, que deveriam suportar uma política em C&T de bases democráticas, no limiar do ano dois mil.

CONSCIENCE OF THE EXCLUSION: SYNDICAL LEADERSHIPS AND THE QUESTION OF SCIENCE & TECHNOLOGY IN PERNAMBUCO, BRAZIL

ABSTRACT: *The objective of this paper is the register of the differences affirmed in the relational action to a project or net of dominant projects inside the syndical practice. Search to answer to an interrogation: as the syndical leaderships in the state of Pernambuco, Brazil, at the beginning of century XXI, face the C&T question. Had been interviewed syndical leaderships, between 2000 and 2003, of 23 categories of workers. The answers found demonstrate a diversity of practical of resistences, fears, yearnings, distress, in the social process of action. The practice of domination and the subordination of the work for the capital faces differences in the proper exercise of exclusion and as perspective and experience to the diverse categories of workers.*

KEYWORDS: *Syndicalism. Experiences. Differences. Science & Tecnology. Pernambuco. Brazil.*

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 2.ed. Tradução de Salma Tannus Muchael. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo.** Tradução de Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

KOURY, M. G. P. O tempo estilhaçado em instantes: um inventário sobre as representações sindicais da relação entre trabalho e técnica. **Organizações & Trabalho**, Lisboa, n.13, p.75-98, abr. 1995.

KOURY, M. G. P. **O pensamento das lideranças sindicais pernambucanas sobre trabalhadores e ciência e tecnologia.** Relatório Final. João Pessoa: GREM / CNPq, 2005.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2002.

ROMBALDI, M. Sindicalistas entra passado e o futuro. In: _____. **Os sindicalistas nas entrelinhas:** o caso do SINTETEL pós-privatizações. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOURAINÉ, A. **Sociologia de la acción.** Barcelona: Ariel, 1969.

VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.